



Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)

ISSN: 1984-6487

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

Mora, Claudia; Franch, Monica; Maksud, Ivia; Rios, Luís Felipe
HIV/AIDS: sexualidades, subjetividades e políticas
Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), núm. 30, 2018, pp. 141-152
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2018.30.07.a

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293362740007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n. 30 - dic. / dez. / dec. 2018 - pp.141-152 / Mora, C. et al. / www.sexualidadesaludysociedad.org

Apresentação Dossiê

HIV/AIDS: sexualidades, subjetividades e políticas

Claudia Mora¹

> claudiamoraca@gmail.com

¹Instituto de Medicina Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Monica Franch²

> monicafranchg@gmail.com

²Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa, Brasil

Ivia Maksud³

> iviamaksud@gmail.com

³Instituto Fernandes Figueira

Fiocruz

Rio de Janeiro, Brasil

Luís Felipe Rios⁴

> lfelipe.rios@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pernambuco

Recife, Brasil

HIV/AIDS: sexualidades, subjetividades e políticas

No Brasil, as Ciências Sociais, Humanas e da Saúde Coletiva têm produzido abundante literatura sobre HIV/Aids, políticas e subjetividades desde o início da epidemia. Suas análises têm contribuído para relativizar conceitos elaborados pela epidemiologia (Ayres et al., 2007), compreender sentidos atribuídos pelos sujeitos à doença e para a construção de planos e políticas mais próximos das realidades culturais (Parker, 2009; Paiva et al., 2006).

A quarta década da epidemia no país tem sido marcada por transformações nos discursos e nas estratégias de prevenção e de assistência, quando observamos maciços investimentos na ampliação do tratamento destinado às pessoas vivendo com HIV/Aids, bem como em estratégias preventivas baseadas em medicamentos. Essas intervenções parecem responder a uma lógica tecnocrata e biomédica, em detrimento da perspectiva ancorada nos direitos humanos e na vulnerabilidade que predominou entre as décadas de 1990 e 2000 (Monteiro et al., 2018, no prelo; Ferraz & Paiva, 2015). Prevalece hoje uma retórica do otimismo perante o controle da epidemia – propalada internacionalmente – em que resta pouco espaço para compreender a produção de significados, subjetividades e modos de cidadania.

Diversos ativistas e acadêmicos vêm denunciando o caráter falacioso da visão ufanista atrelada à estratégia 90/90/90, que não dá conta do aumento dos casos de HIV em populações específicas (sobretudo entre homens jovens HSH e entre travestis e transexuais) (Kerr et al., 2018; Rios, Paiva & Brignol, 2018), dos matizes morais e ético-políticos em torno da implementação e da disponibilização das novas tecnologias preventivas (Ferraz & Paiva, 2015), nem das dificuldades que acometem as pessoas vivendo com HIV/Aids num Brasil em que a desigualdade, a pobreza e a miséria voltaram a aumentar, e o SUS amarga os efeitos de uma perversa política de contingenciamento de despesas (Seffner & Parker, 2016).

Há de se somar a tudo isso o esvaziamento público das discussões sobre gênero e sexualidade como efeito do avanço dos setores conservadores no poder público, e que tendem a se fortalecer na atual conjuntura política. A diminuição das campanhas de prevenção, que são inclusive objeto de censura, acompanhadas do aumento de estigma, discriminação e preconceito contra aqueles considerados “desviantes” no campo da sexualidade – LGBTTs, profissionais do sexo, entre outros – formam um solo fértil para o aumento das infecções em grupos específicos, num momento em que são enfaticamente celebradas as conquistas biomédicas em relação ao tratamento e à prevenção (Parker, 2015, 2016; Seffner & Parker, 2016;

Rios, Vieira & Queiroz, 2016). Sem negar os avanços existentes, é importante chamar a atenção para os desafios que o novo cenário coloca não apenas em termos técnicos, mas também éticos e políticos.

Em síntese, os novos rumos da gestão pública e privada do HIV/Aids reaquecem o debate sobre medicalização (Camargo Jr., 2013; Barbiani et al., 2014) e, mais concretamente, sobre farmacologização da vida, e convidam a pensar questões ligadas ao aparecimento de identidades, cidadanias e socialidades biológicas, além de manterem o acesso ao debate político em torno de questões já consolidadas e que se mostram igualmente urgentes no momento atual: estigma, modelo de atenção, solidariedade, vulnerabilidade, risco, cuidado, entre outros aspectos (Parker, 2016).

Haja vista esse cenário de biomedicalização da resposta à Aids, no qual há um singular apagamento da sexualidade e do gênero enquanto eixos críticos do desenrolar da epidemia, *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana* possibilitou a publicação de dois conjuntos de análises críticas que focam nos desejos, nas identidades e nos ativismos no Brasil.

Em agosto de 2018, *Sexualidad, Salud y Sociedad* publicou o Dossiê *Prevenção de HIV/aids, produção de diferenças e processos de mudança social*. Ele se caracterizou pela preocupação com as formas com que as desigualdades e os estigmas recaem em determinados grupos sociais, especialmente gays e outros HSH, travestis e jovens vivendo com HIV. Foi fruto do GT Articulações entre gênero, sexualidade e outras diferenças no cotidiano da prevenção de HIV/aids: olhares a partir de processos de mudança social, organizado no âmbito do 11º Fazendo Gênero pelos pesquisadores Regina Facchini (Pagu/Unicamp), Thiago F. Pinheiro (Nepaids/USP) e Gabriela J. Calazans (Nepaids/USP). Os cinco estudos privilegiados se ancoraram em distintas escalas de análise, a seguir: as políticas públicas, as experiências de estratégias de prevenção, e as narrativas individuais e coletivas acerca da doença. Este primeiro mosaico de reflexões se caracterizou por tomar a geração, a identidade sexual e de gênero, e o território como eixos relevantes de análise.

O segundo dossiê que ora vem a lume almeja, por sua vez, complementar o primeiro publicado pela revista, reunindo pesquisas que abordam as ações políticas e as interações sociais e sexuais que envolvem as pessoas vivendo e convivendo com o HIV/AIDS, além do aprofundamento dos aspectos ligados às relações de gênero e juventude e dos desafios para o cuidado das novas tecnologias de prevenção. A publicação resulta de um esforço colaborativo envolvendo as seguintes instituições: o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, UERJ; os Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, UFPB; o Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fer-

nandes Figueira, Fiocruz; o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFPE. Tais instituições, por meio dos organizadores desse dossiê, estiveram reunidas na organização do Grupo de Trabalho DST/HIV/AIDS, Políticas e Subjetividades nas últimas duas edições do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (2013 e 2016) da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva).

O Congresso, cuja primeira edição data de 1995, integra a pauta das ações e dos propósitos da Comissão Ciências Humanas e Sociais em Saúde da referida associação. Trata-se de um espaço singular de reafirmação e ampliação do sentido da Saúde Coletiva, enquanto saber e prática originada pelo pensamento crítico latino-americano, protagonizado por profissionais da saúde e cientistas sociais e norteado pelo olhar sócio-histórico da medicina e do cuidado, expressando, assim, os interesses coletivos dos atores do campo (Nunes, 2005; Ianni et al., 2015).

Desse modo, o Congresso possibilita diálogos de caráter interdisciplinar, vitais ao fortalecimento deste ângulo interpretativo do campo da saúde como objeto social. Como nos lembra Loyola: “O próprio termo *saúde coletiva* evoca não apenas o estudo da saúde de uma coletividade, como a contribuição da coletividade em si mesma, enquanto *sistema social*, para o entendimento do que é saúde, como estudo e como objeto de estudo” (2012: 10).

A questão da Aids se fez presente logo nas primeiras edições dos Congressos da Abrasco, e tem se mostrado como um tema recorrente até os dias atuais. O GT HIV, Políticas e Subjetividades foi proposto em 2013 com o objetivo de aglutinar pesquisas que tivessem como objeto a epidemia de HIV/Aids em suas diversas dimensões. Recebemos, pois, contribuições da área de Ciências Sociais e Humanas em torno de dois eixos. O primeiro eixo, “Políticas públicas de DST/HIV/AIDS”, visava reunir pesquisadores e reflexões de gestores e ativistas implicados na conformação e na análise de estratégias do campo. O segundo eixo, “Subjetividades em torno das DST/HIV/AIDS”, buscava conhecer e divulgar pesquisas qualitativas que abordassem o plano das subjetividades individuais a partir de distintas posições geracionais e regionais, sexuais e de gênero, as interações sociais e sexuais que envolvem as pessoas vivendo e convivendo com o HIV/Aids, e as percepções dos atores sociais sobre as novas tecnologias de testagem e prevenção.

Nessa primeira edição do GT, em 2013, tivemos 26 trabalhos aprovados, em sua maioria pesquisas realizadas no Brasil, embora também tivéssemos pesquisas feitas na França, em Moçambique, na África do Sul e na Bolívia. Um conjunto de trabalhos analisou serviços de atendimento, políticas, como a política de teste para diagnóstico e a rede de proteção social para pessoas vivendo com HIV/Aids. Outros trabalhos focaram nos medicamentos, tanto do ponto de vista de sua aquisição e custo como de seu uso para tratamento e prevenção. Outro tema importante foi o da sorodiscordância, presente em quatro apresentações. Questões ligadas ao

cotidiano e à adesão foram, por fim, discutidas, trazendo à tona as dimensões de gênero e de geração que perpassam a experiência de viver com HIV/Aids – ou de ser “alvo” de uma determinada estratégia preventiva. Por fim, um dos trabalhos abordou a transmissão vertical. Foi, portanto, um panorama muito diverso, e com (relativamente) pouca presença do tema da sexualidade.

Em 2016, ao divulgarmos a segunda chamada para participação no GT, recebemos 39 resumos, que foram avaliados por dois pareceristas. Deste total, 32 foram aceitos e apresentados no Congresso (sendo seis relatos de experiência e 26 de pesquisas). Trata-se de um número relevante quando comparado com o quantitativo de trabalhos submetidos aos demais GTs, que demonstrou que os estudos sobre HIV/AIDS continuam bastante presentes no cotidiano de trabalho dos pesquisadores da área de Ciências Sociais e Humanas da Saúde Coletiva.

A boa receptividade do GT nas duas últimas edições do Congresso nos fez perceber que tínhamos em mãos um pequeno retrato da produção científica sobre o HIV/AIDS na Saúde Coletiva, motivando a organização do dossiê que ora apresentamos. A especificidade do dossiê em questão, portanto, é debitária do contexto em que os trabalhos foram produzidos: o 7º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, o GT DST/HIV/AIDS, Políticas e Subjetividades, realizado na UFMT nos dias 9 a 12 de outubro de 2016. Para a composição deste dossiê, fizemos uma pré-seleção dos trabalhos apresentados, priorizando aqueles que tinham mais conexão com o escopo da revista. Desta forma, dez deles foram selecionados. É importante dizer que os demais trabalhos que compuseram o GT não foram convocados para integrá-lo porque não se ocupavam dos debates em torno da sexualidade. Durante o processo de produção editorial – caracterizado pela produção de textos pelos autores, subsequente envio dos mesmos para a revista, apreciação por dois pareceristas *ad hoc* e, finalmente, readequação dos textos após os pareceres – chegamos ao número final de sete textos.

As pesquisas reunidas neste dossiê foram produzidas em distintas universidades brasileiras – principalmente das regiões Sudeste e Nordeste – no âmbito de programas de Saúde Coletiva, Ciências Sociais ou áreas afins. Desta forma, pudemos observar que os autores constroem seus objetos a partir de distintos (mas complementares) saberes e quadros teóricos, apresentando variados caminhos de pesquisa e análise de dados. Assim, o dossiê, em seu conjunto, simultaneamente nos apresenta diferentes universos de pesquisa, nos fornece a descrição de dados e nos confronta com a interpretação de um distinto time de analistas. Ademais, os textos que compõem este número temático refletem trabalhos de pesquisadores em múltiplos níveis de profissionalização. Há desde pesquisas que são resultantes de dissertações de mestrado, como aquelas conduzidas no âmbito de doutorados e outras realizadas por pesquisadores com uma trajetória já consolidada no campo.

Este aspecto revela como o tema do HIV/AIDS vem persistindo e resistindo dentro dos ambientes de produção acadêmica brasileira.

Os artigos apontam para alguns temas que parecem ser prioritários na agenda de pesquisa da Saúde Coletiva: gênero e geração, gestão da soropositividade no contexto de relacionamentos afetivo-sexuais e da gravidez, ativismos e tecnologias de prevenção ao HIV.

O leque das discussões abrange um olhar minucioso para a trajetória das políticas de prevenção, bem como a percepção dos próprios sujeitos em função de sua participação em espaços de sociabilidade e ativismo.

O dossiê abre com a contribuição de Carlos Guilherme do Valle (UFRN), que atualiza o debate sobre ativismo através do artigo “Memórias, histórias e linguagens da dor e da luta no ativismo brasileiro de HIV/AIDS”. Discutindo questões relativas à memória, à história e ao ativismo em espaços institucionais com base em extensa literatura sociológica e antropológica, o autor nos faz viajar no tempo para compreender a construção de um processo histórico de emergência de variadas expressões, tempos e lugares que compõem o que é tido hoje como ativismo brasileiro em HIV/AIDS. Trata-se de uma instigante reflexão sobre as emoções presentes entre o ativismo e os ativistas, a partir de uma série de dados oriundos de uma etnografia longa e contínua realizada durante muitos anos de pesquisa, que inclui observação participante em eventos de ONGs históricas, o registro da interação entre atores sociais, a análise de documentos e materiais.

Ainda com foco no ativismo, Luciana Cajado (Universidade Estácio de Sá) e Simone Monteiro (IOC/Fiocruz) abordam a feminização do HIV/AIDS e o cuidado no artigo “HIV/AIDS e a ética do cuidado a partir da experiência de mulheres ativistas no Rio de Janeiro”. As autoras refletem sobre a noção de cuidado entre mulheres que vivem com HIV/AIDS que integram um movimento organizado a partir do diagnóstico da soropositividade. Por meio de trabalho de campo com entrevistas e observação participante, o estudo analisa a trajetória de oito integrantes do movimento, objetiva descrever sua entrada no movimento social após o diagnóstico do HIV e compreender suas práticas de autocuidado. A construção de uma perspectiva teórica que combina interacionismo simbólico e estudos de teóricas feministas sobre o cuidado (“care”), ilustrada pelas autoras como o exame “das dimensões emocionais, morais e simbólicas, bem como a construção das relações de poder e de gênero e a permanência de desigualdades sociais, no cotidiano dessas relações”, adiciona certo ineditismo aos estudos sobre os movimentos de HIV/Aids e de mulheres, cujas distância/aproximação, desde o início da epidemia, vêm sendo objeto de debate. Tal perspectiva adotada pelas autoras – ética do cuidado e abordagem feminista acerca das interações e dos significados que lhe são atribuídos – estimula-as a reivindicar uma reflexão sobre a ética do cuidado numa perspectiva

feminista, no contexto do movimento social de mulheres soropositivas. De forma contundente e acertada, as autoras destacam a importância do contexto atual, crucial para análises e reflexões (conjuntura nacional de precarização da rede pública de assistência em saúde, fragmentação e enfraquecimento dos movimentos sociais no campo da Aids e acirramento de disputas de interesse, em que a mobilização social teria papel singular).

Deslizando do gênero para geração, juventude, HIV/Aids e sexualidade – temas centrais do artigo escrito por Rafael Agostini (IFF/Fiocruz), Ivia Maksud (IFF/Fiocruz) e Túlio Franco (ICS/UFF), “*Eu tenho que te contar um negócio: gestão da soropositividade dos relacionamentos afetivo-sexuais de jovens vivendo com HIV*” – os autores tomam por base a pesquisa qualitativa com entrevistas abertas junto a seis jovens de 18 a 22 anos, de ambos os sexos, infectados pelo HIV por transmissão vertical no Rio de Janeiro. O texto aborda alguns dos dilemas e desafios da vivência com HIV/Aids num momento do curso da vida em que o estabelecimento de relações amorosas e sexuais costuma assumir lugar de destaque. Trata-se, por um lado, de um retrato geracional, no sentido de que as experiências dos sujeitos da pesquisa testemunham as possibilidades de vida com HIV facultadas pelo avanço da terapêutica e pelas políticas de garantia ao acesso universal aos antirretrovirais. Por outro lado, o artigo demonstra as complexidades da iniciação sexual e do estabelecimento de relacionamentos afetivos quando é preciso lidar com questões como revelação diagnóstica, negociação do preservativo, estigma, cuidado e vida reprodutiva. Nesse sentido, constitui uma potente contribuição desde a saúde coletiva para o debate atual sobre HIV/Aids, sobretudo no que tange à cronicidade, e também para o campo de estudos sobre juventude, ao trazer discussões relevantes sobre os sentidos e as práticas da sexualidade.

O artigo “Biografias e contextos: especificidades da iniciação sexual de jovens vivendo com HIV infectadas por transmissão vertical”, escrito por Raquel Zanelatto (FSP/USP), Cristiane da Silva Cabral (FSP/USP), Regina Maria Barbosa (Nepo/Unicamp) e Stela Verzinhasse Peres (AC Camargo Cancer Center e Fundação Onocentro de São Paulo), complementa a análise anterior, mas desta vez o foco recai especificamente no impacto da infecção pelo HIV na iniciação sexual feminina. As autoras se valem de uma metodologia de tipo quantitativo (estudo transversal com amostragem probabilística) em que são comparadas a média de idade de jovens infectadas por transmissão vertical com as idades de iniciação sexual das infectadas por outras vias e com as de jovens que não vivem com HIV/Aids. O estudo situa-se no marco do projeto “GENIH: Gênero e Infecção no Contexto da Epidemia de HIV/Aids no Município de São Paulo”, que investiga questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres que vivem com HIV. Levando em consideração variáveis como filiação religiosa, escolaridade, uso de

drogas e idade do primeiro parceiro, as autoras concluem que a infecção pelo HIV por transmissão vertical traz dificuldades acrescidas ao processo de socialização da sexualidade juvenil, que se expressam, entre outros aspectos, no adiamento da iniciação sexual. O artigo apresenta, igualmente, importantes dados sobre a variabilidade de trajetórias sexuais e formas de lidar com a infecção pelo HIV por parte das mulheres jovens entrevistadas, além de incluir reflexões relevantes para o campo da educação em saúde.

Aspectos de gênero, e mais especificamente a feminização do HIV/Aids, também caracterizam o artigo de Diego da Silva Medeiros (UECE) e Maria Salete (UECE). No texto “A invenção da vida na gestação: viver com HIV/Aids”, os autores nos apresentam uma pesquisa qualitativa de orientação cartográfica, fundamentada em G. Deleuze, F. Guatarri e M. Foucault, em diálogo com teóricos do campo do planejamento e da gestão em Saúde Coletiva. Trata-se da cartografia de uma jovem mulher que vive com HIV/Aids realizada na cidade de Fortaleza, que considera também o ponto de vista dos profissionais de saúde que a cercam, para analisar as sutilezas dos encontros e desencontros do tipo “usuário-profissional de saúde”. Através da análise do itinerário dessa mulher específica, o artigo nos mostra como uma existência que escapa às regras hegemônicas e a resistência ao tratamento nos moldes preconizados pelos serviços de saúde são capazes de (des) mobilizar alguns profissionais de saúde que atuam na rede de atenção. Elabora uma reflexão importante que desnaturaliza o “cuidado” e se propõe a pensar sobre a violência (simbólica) das redes formais de atenção à saúde.

De autoria de Gilclécia Oliveira Lourenço (Faculdade Sete de Setembro), Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (Universidade Católica de Pernambuco) e Ricardo Delgado Marques de Lima (Universidade Católica de Pernambuco), “Nem santa, nem puta, apenas mulher: a feminização do HIV/aids e a experiência de soropositividade” aborda as experiências de sexualidade narradas por mulheres soropositivas para o HIV. O artigo discute os resultados de uma pesquisa de abordagem qualitativa viabilizada por entrevistas semidirigidas com 10 mulheres heterossexuais, de idade variando entre 26 e 71 anos, usuárias de um Serviço de Atendimento Especializado em HIV/aids. Seis participantes vivenciavam um relacionamento sorodiscordante para HIV, três estavam em uma relação soroconcordante e uma afirmou desconhecer o *status* sorológico do companheiro. As narrativas revelam as várias dimensões dos processos de estigmatização em relação à soropositividade para o HIV nos modos como afetam as vidas afetivo-sexuais das mulheres. O estigma contribui na produção da vulnerabilidade à infecção pelo vírus e na construção de uma suposta proteção por aquelas que julgavam ter uma vida sexual dentro do prescrito pela moralidade hegemônica. O estigma também é determinante para o que se segue ao diagnóstico, na recomposição da autoimagem

e nas expectativas sobre as relações com parceiros afetivos, familiares e sociedade. Em relação às experiências sexuais, e considerando as supracitadas dimensões como pano de fundo, as narrativas revelam a produção de ambiguidades que afetam a conjugalidade, em especial a tensão entre o medo de infectar os parceiros, o desejo de manter uma rotina sexual prazerosa para si e para os parceiros e ainda a vontade de ser mãe.

Por fim, o dossiê apresenta os resultados de uma pesquisa pioneira acerca dos percursos e percalços de uma tecnologia biomédica de prevenção. “Da política à prática da profilaxia pós-exposição sexual ao HIV no SUS: sobre risco, comportamentos e vulnerabilidades”, escrito por Sandra Lúcia Filgueiras (SES/RJ) e Ivia Maksud (IFF/Fiocruz), aborda concepções de risco e práticas de saúde em narrativas de profissionais e usuários sobre a Profilaxia Pós-exposição sexual consentida (“PEP sexual”). O texto discute dados que resultam de um estudo de caso realizado em um hospital geral, referência na atenção à Aids. Os dados foram produzidos a partir de consultas a documentos, conversas informais, observação participante e entrevistas semiestruturadas com cinco usuários da PEP sexual e cinco profissionais de saúde (médicos/as infectologistas). As autoras sublinham que os critérios epidemiológicos não são suficientes para orientar a indicação da profilaxia. Distintas lógicas de risco e padrões morais discriminatórios atravessam os espaços de inter-subjetividade circunscritos pela busca / indicação da PEP sexual. Raramente as condutas dos profissionais são orientadas pelo diálogo, problematizando as situações e estimulando uma reflexão acerca do uso da profilaxia e outras possibilidades. Comumente as condutas dos/as profissionais transitaram entre o repasse de informação e a normatização de conduta. Considerando este contexto, identificam que permanece como um importante desafio à concretização de práticas de saúde orientadas pela perspectiva do exercício da sexualidade como afirmação de um direito.

Consideramos que algumas das pesquisas apresentadas mobilizam chaves analíticas que merecem desdobramentos em pesquisas futuras, como é o caso da perspectiva cultural das emoções (do Valle, 2018). A compreensão dos significados das emoções e sua ingerência na organização das relações de poder, bem como nos modos de ação política, constituem um marco relevante de interpretação dos ativismos (Reddy, 2001).

Somadas às articulações inéditas entre ativismo, política e emoção no contexto nacional, outras interpretações inspiradas no olhar da emoção enquanto conhecimento corporificado e com foco na Aids (Coitinho, 2018; Nelvo, 2018, Mora & Monteiro, 2018 no prelo) instigam a sociologização das diversas práticas (de cuidado, prevenção) e representações da epidemia, mantendo no horizonte as imbricações entre corpo, indivíduo e sociedade. Este ponto é especialmente relevante dado o revigoramento do discurso do risco e dos modelos comportamentais como

norteadores da prevenção, que privilegiam um suposto sujeito racional como alvo das estratégias de enfrentamento da epidemia.

Por outra parte, consideramos oportuno esboçar alguns caminhos alternativos às escolhas teórico-metodológicas das contribuições que compõem o dossiê, particularmente no que se refere ao universo feminino. A vulnerabilidade das mulheres ao longo da epidemia tem gerado pesquisas pautadas nos constrangimentos decorrentes dos padrões sexistas e heteronormativos, e também nos limites das estratégias de prevenção e sua ênfase no preservativo masculino. Todavia, cabe refletir sobre a escassez de abordagens acerca da vulnerabilidade e dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito dos relacionamentos ditos “heterossexuais”. Pensamos que essa linha interpretativa, ilustrada por Heilborn (2013), pode alargar a compreensão dos contextos que propiciam a aquisição de novas infecções sem reforçar posições dicotômicas (vítima-agressor, casa-rua). A este respeito consideramos válido lembrar Ortner (2007), que concebe a agência enquanto modos de resistir e superar contextos de subordinação, e a disposição dos sujeitos de perseguirem seus objetivos nas suas trajetórias de vida, e como isto se constrói coletivamente, como ilustrado por Cajado e Monteiro neste dossiê.

Deixamos aqui uma interrogação que esperamos seja produtiva, especialmente para os novos pesquisadores no campo da “aids social”: como fazer um balanço que considere mudanças e permanências a respeito das representações das mulheres e a infecção pelo HIV? Como produzir novas interpretações que revelem os agenciamentos, e também os constrangimentos estruturais, das mulheres que vivem a infecção e convivem com ela?

Este dossiê resulta do trabalho colaborativo de uma rede informal de pesquisadores que se dedicam aos estudos do campo de HIV/Aids no Brasil. Portanto, gostaríamos de agradecer aos colegas que atuaram como pareceristas dos textos, ajudando-os a interpretar e a conferir novos sentidos à essa epidemia repleta de significados (Trechler, 1999) que é o HIV/Aids.

Referências bibliográficas

- AYRES, R.; CALAZANS, G.; FILHO, H. & FRANÇA, I. 2007. “Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde”. In: SOUSA, G.; MINAYO, C. & AKERMAN, M. (orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Editora Fiocruz.
- BARBIANI, Rosângela et al. 2014. “Metamorfoses da medicalização e seus impactos na família brasileira”. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. N° 24 (2), p. 567-587.
- CAMARCO JR., Keneht Rochel. 2013. “Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário”. *Cadernos Saúde Pública*. N° 29 (5), p. 844-846.
- COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. 2018. “Uma ‘rede’ de muitos significados: A positivação pedagógica da ‘experiência soropositiva’”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro. N° 29, p. 195-214.a
- NELVO, Romário Vieira. 2018. “Mães com HIV e filhos sem HIV: Relações entre emoções, família e gênero”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. Vol. 17, nº 51, p. 113-127. ISSN 1676 8965.
- MORA, C. & MONTEIRO, S. 2018. “Aconselhamento nos cta: uma análise do habitus profissional e da invisibilidade da prevenção baseada na ‘emoção e na comunicação’”. In: MACHADO et al. (orgs.). *HIV/aids, gênero e sexualidade: políticas e práticas de prevenção, testagem e aconselhamento*. (no prelo, UEA Edições).
- HEILBORN, M. L. 2012. “Heterossexualidades, contracepção e aborto: uma pesquisa em quatro capitais latino-americanas”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro. N° 12, p. 127-134.
- IANNI, Aurea Maria Zöllner et al. 2015. “Os Congressos Brasileiros de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco: um campo científico em disputa”. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. Vol. 20, nº 2, p. 503-513. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015202.03032014>
- FERRAZ, D. & PAIVA, V. 2015. “Sexo, direitos humanos e Aids: uma análise das novas tecnologias de prevenção do HIV no contexto brasileiro”. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo. Vol. 18, supl. 1, p. 89-103.
- KERR, L. C.; KENDALL, M. D.; GUIMARÃES, R. S.; MOTA, M. A.; VERAS, I.; DOURADO, A. & BRITO, M. et al. 2018. “HIV Prevalence among Men Who Have Sex with Men in Brazil: Results of the 2nd National Survey Using Respondent-driven Sampling”. *Medicine*. N° 97 (1S), p. S9-S15.
- LOYOLA, Maria Andréa. 2012. “O lugar das ciências sociais na saúde coletiva”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo. Vol. 21, nº 1, p. 9-14.
- MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; VILLELA, W.; MORA, C. & PARKER, R. 2018. “Desafios do tratamento como prevenção do HIV no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre testagem”. *Ciência & Saúde Coletiva* (no prelo).
- NUNES, E. D. 2005. “Ciências sociais em saúde: uma reflexão sobre sua história”. In: MINAYO, M. C. S. & COIMBRA Jr., C. E. A. (orgs.). *Críticas e Atuantes: Ciências*

- Sociais e Humanas em Saúde na América Latina.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- ORTNER, S. B. 2007. "Poder e Projetos: Reflexões sobre Agências". In: GROSSI, M.; ECKERT, C. & FRY, P. H. (orgs). *Conferências e práticas antropológicas*. Reunião Brasileira de Antropologia, 25^a ed., Goiânia. Blumenau: Nova Letra.
- PAIVA, V.; PUPO, L. R. & BARBOZA, R. 2006. "The right to prevention and the challenges of reducing vulnerability to HIV in Brazil". *Revista Saúde Pública*. N° 40 (supl.), p. 109-119.
- PARKER, R. 2009. "Unintended consequences: evaluating the impact of HIV and AIDS on sexuality research and policy debates". *Cadernos de Saúde Pública*. N° 25 (supl. 2), p. 251-258.
- PARKER, R. 2015. *O fim da Aids?* Rio de Janeiro: Abia.
- PARKER, R. 2016. "A reinvenção da prevenção no século XXI: o poder do passado para reinventar o futuro". *Boletim Abia*. N° 61, p. 14-20.
- REDDY W. 2001. *The Navigation of Feeling. A Framework for the History of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RIOS, L. F.; PAIVA, V. & BRIGNOL, S. 2018. "Passivos, ativos and versáteis: men who have sex with men, sexual positions and vulnerability to HIV infection in the northeast of Brazil". *Culture, Health & Sexuality*. DOI: 10.1080/13691058.2018.1491063
- RIOS, L. F.; VIEIRA, T. & QUEIROZ, T. 2016. "Desafios rumo a 2030: abrindo o debate". In: RIOS, L. F.; VIEIRA, T. & QUEIROZ, T. (eds.). *HIV e AIDS: Desafios rumo a 2030*. Recife: EdUFPE. p. 5-24.
- SEFFNER, F. & PARKER, R. 2016. "Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids". *Interface*. N°. 20, p. 293-304.
- TREICHLER, P. 1999. "AIDS, Homophobia, and Biomedical Discourse: an epidemic of signification". In: PARKER, R. & AGGLETON, P. *Culture, Society and Sexuality: a reader*. London: UCL Press.